



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

(Nº 727/2003, na Casa de origem)

Define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal, apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei define prioridades para a destinação de produtos apreendidos na forma da Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1999, e da Lei nº 9.912, de 25 de maio de 2000.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 7.899, de 23 de novembro de 1989, que dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art.2º.....

§ 4º Os produtos apreendidos nos termos do inciso III do caput deste artigo e perdidos em favor da União, que, apesar das adulterações que resultaram em sua apreensão, apresentarem condições apropriadas ao consumo humano, serão destinados prioritariamente aos programas de segurança alimentar e combate à fome.” (NR)

Art. 3º O § 2º do art. 9º da Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º.....

§ 2º Cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dispor sobre a destinação de produtos apreendidos ou condenados na forma desta lei, observada prioridade absoluta aos programas de segurança alimentar e combate à fome, nos casos em que os produtos apreendidos se prestarem ao consumo humano.” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 727, DE 2003

Define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei define prioridades para a destinação de produtos apreendidos na forma da Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, e da Lei nº 9.972. de 25 de maio de 2000.

Art. 2º A Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....

§ 4º Os produtos apreendidos nos termos do inciso III do caput e perdidos em favor da União, que, apesar das adulterações que

resultaram em sua apreensão, apresentarem condições apropriadas ao consumo humano, serão destinados prioritariamente ao Programa Fome Zero.” (AC)

Art. 3º O § 2º do art. 9º da Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que “institui a classificação de produtos econômicos, e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º

§ 2º Cabe ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento dispor sobre a destinação de produtos apreendidos ou condenados na forma desta lei, observada prioridade absoluta aos programas de segurança alimentar e combate à fome, nos casos em que os produtos apreendidos se prestarem ao consumo humano.” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), freqüentemente apreende produtos que encontram fora do que especificam o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade; a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950; e o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA).

Da mesma forma, o Poder Público é autorizado a apreender ou condenar “matérias-primas e produtos” de origem vegetal, de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que infringirem os dispositivos da Lei nº 9.972, de 2000.

Ocorre também, com certa freqüência, que a fraude a que os produtos apreendidos tenham sido sujeitos, seja de natureza econômica, ou fiscal, o que em nada compromete sua qualidade intrínseca. Em outras palavras, embora fraudados, os produtos continuam adequados ao consumo.

O presente projeto de lei procura dar forma concreta à prioridade do combate à fome definida pelo Governo. A apreensão de produtos alimentares pode ser uma pena que a lei aplica ao infratores, mas não pode ser uma punição à sociedade. Deixar que produtos apreendidos se estraguem ou destiná-los a objetivos não prioritários, significam punir a sociedade por crime

que não cometeu. Desperdiçar alimentos é um erro que um País que tem fome não pode cometer.

Por essas razões, peço o apoio dos nobres pares ao presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2003. – Deputada **Edna Macedo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.889, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1989

Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.

Art. 2º Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I – advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II – multa, de até 25.000 Bônus do Tesouro Nacional – BTN, nos casos não compreendidos no inciso anterior;

III – apreensão ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulteradas;

IV – suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embarço à ação fiscalizadora;

V – interdição, total ou parcial, do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§ 1º As multas previstas neste artigo serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, desacato, embarço ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a lei.

§ 2º A interdição de que trata o inciso V poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 3º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos doze meses, será cancelado o registro (art. 7º da Lei nº 1.283, de 1950).

.....
LEI Nº 9.972, DE 25 DE MAIO DE 2000

Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.

Art. 9º Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infringência às disposições conti-

das nesta lei sujeita as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas no processo de classificação, às seguintes sanções administrativas, isolada ou cumulativamente:

.....
§ 2º Cabe ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento dispor sobre a destinação de produtos apreendidos ou condenados na forma desta lei.

.....
(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.*)
Publicado no **Diário do Senado Federal** de 22 - 10 - 2004